



MINUTA DA ATA N.º 11/XII-1º/2017-18

1 - Aos 26 dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período de Antes da Ordem do Dia

3- Período da Ordem do Dia

3.1- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

3.2- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;

3.3- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal;

3.4- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;

3.5- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM;

3.6- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal;

3.7- Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.8- Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas;

3.8.1- Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2017;

3.8.2- Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2017;

3.8.3- Relatório e Conta de Gerência da ECALMA, relativo ao exercício de 2017;

3.9- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre 1ª Revisão Orçamental do Município, referente ao ano de 2018;



- 3.10- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre 1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2018;
- 3.11- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada;
- 3.12- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Contrato-Programa CMA-ECALMA;
- 3.13- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Relatório de Monitorização da ARU Almada;
- 3.14- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Relatório de Monitorização da ARU Trafaria.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal Manuel Batista (PS) solicitando a substituição por ausência no dia 26 de abril, do Sr. Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril, do Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia solicitando a substituição por ausência no dia 26 de abril, da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues de Carvalho (CDU) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril, da Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD) solicitando a substituição por ausência nos dias 26, 27 e 30 de abril e da Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) solicitando a substituição por ausência nos dias 26 e 27 de abril.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS); Sérgio Bastos (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do cidadão José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU); Mário José de Sousa Pedroso (CDU) por impedimento do cidadão Jorge Miguel Oliveira Feliciano (CDU); Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) por impedimento dos cidadãos Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); e Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE).

4.3 - O Senhor Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, sendo substituído pelo eleito João Marcos no dia 26 de abril.



A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nas reuniões dos dias 26 e 27 de abril, sendo substituída pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca e Sobreda comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião da Assembleia Municipal de dia 26 de abril, sendo substituído pelo eleito Manuel Simões.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5- O Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a alteração da ordem dos pontos da Agenda, passando para o final da Sessão o ponto 3.7.

4.5.1 – A Assembleia deu a sua anuência à alteração proposta pelo Senhor Presidente.

4.6- O Senhor Presidente informou também a Assembleia que já foram recebidas as comunicações de todos os grupos municipais com indicação dos membros de cada Comissão Permanente, pelo que se consideram constituídas todas elas na íntegra, sendo publicitadas no site da Assembleia Municipal.

4.7- Informou ainda que todos os Grupos Municipais já fizeram entrega das comunicações explicitando os membros que os compõem, indicando a sua designação bem como as respetivas direções, sendo uma cópia das referidas comunicações arquivada em anexo à ata da presente reunião, nos termos do n.º 6 do Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

4.8- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.8.1. O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre o Inventário de bens do Município de Almada foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.2. O Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro, Charneca de Caparica, Caparica e Trafaria, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 14/2/2017 foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.3. O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) sobre o processo de licenciamento de instalação e funcionamento do Circo Hugo Cardinali e autorização de deslocação do mesmo, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 20/2/2017 foi respondido pela Câmara Municipal em 26 de abril;

4.8.4- Os Requerimentos apresentados pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), e enviados para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre Listagem do amianto em edifícios,



instalações e equipamentos municipais e sobre Cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas, ainda aguardam resposta.

4.9 - Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.10 – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 8/XII-1.º/2017-18 e 9/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.10.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 8/XII-1.º/2017-18 e 9/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Ricardo Salomão, José Daniel Pimenta Coutinho, Teresa Ramires Conceição e Abílio Israel Campos Pereira.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período, foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Fernando Antunes Costa (Anexo 1), apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).

6.1.2. Pelo falecimento de Raul Fróis (Anexo 2), apresentado pela Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU).

6.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, que foram aprovados por unanimidade.

6.1.4 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Assembleia.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE), para apresentar a Moção pela Garantia do Direito à Habitação nas operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado imobiliário (Anexo 3);



- 6.2.2** - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a Moção sobre o Dia Internacional do Teatro e Defesa do Festival de Teatro de Almada (Anexo 4);
- 6.2.3** – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS), para apresentar a Moção Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de maio (Anexo 5);
- 6.2.4** - O Senhor Deputado Municipal Nuno Dominginhos (PSD), para apresentar a Moção Cristo Rei 2018 (Anexo 6);
- 6.2.5** – O Senhor Deputado Municipal António Proença (PSD), para apresentar a Moção pela Requalificação da Avenida do Mar (Anexo 7);
- 6.2.6** – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD), para apresentar a Recomendação pela Adesão à Tarifa Social da Água (Anexo 8);
- 6.2.7** – O Senhor Deputado Municipal João Quintino (PS), para apresentar o Voto de Saudação pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia A (Anexo 9);
- 6.2.8** – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar o Voto de Condenação Pela Violência do Estado de Israel contra a população palestina (Anexo 10);
- 6.2.9** – O Senhor Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação 1º de maio – dia Internacional do Trabalhador (Anexo 11);
- 6.2.10** – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar o Voto de Saudação Abril-mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância (Anexo 12);
- 6.2.11** - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia (Anexo 13).
- 6.2.12** - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Dia Internacional da Biodiversidade (Anexo 14).
- 6.2.13** - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS), para apresentar o voto de Saudação Almada Mais Limpa (Anexo 15).
- 6.2.14** - A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS), para apresentar a Moção Companhia de Teatro de Almada (Anexo 16).
- 6.2.15** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Ivan Gonçalves (PS), Carlos Guedes (BE), Carlos Revés (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Sandra Branco Duarte (PAN), Sílvia Sousa (PSD).
- 6.2.16** - Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara.



6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.3.1 – A Moção pela Garantia do Direito à Habitação foi rejeitada com 20 votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, do PSD e do CDS-PP e 18 votos a favor dos eleitos do PS incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do BE e do PAN;

6.3.2 – A Moção sobre o Dia Internacional do Teatro e Defesa do Festival de Teatro de Almada foi aprovada por unanimidade;

6.3.3 – A Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de maio foi aprovada por unanimidade;

6.3.4 - A Moção Cristo Rei 2018 foi votada ponto por ponto, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por maioria com 31 votos a favor de 11 eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do CDS e da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e 7 abstenções de 2 eleitos do PS, dos eleitos do BE e da eleita do PAN. O ponto 3 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor de 11 eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do PAN, do CDS e da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e 6 abstenções de 2 eleitos do PS e dos eleitos do BE;

6.3.5 – A Moção pela Requalificação da Avenida do Mar foi votada ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido aprovado por maioria com 23 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE e do CDS-PP e 15 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e do PAN; o ponto 2 e o ponto 3 foram aprovados por unanimidade.

6.3.5.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

6.3.6 – A Recomendação pela Adesão à Tarifa Social da Água retirada para baixa à Comissão Permanente respetiva, por aceitação do proponente;

6.3.7 - O Voto de Saudação pelo Anúncio da Realização do Mundialito de Futebol de Praia A foi votado ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido aprovado por maioria com 24 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN e com 14 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes; o ponto 2 foi



aprovado por maioria com 23 votos a favor dos eleitos do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP e com 15 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, e do PAN.

6.3.7.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

6.3.8 – O Voto de Condenação pela Violência do Estado de Israel contra a população palestiniana foi aprovada por maioria com 35 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, de 3 eleitos do PSD, do BE e do PAN, 1 voto contra do eleito do CDS-PP e 2 abstenções de eleitos do PSD;

6.3.9 – A Moção/Deliberação 1ª de maio – dia Internacional do Trabalhador foi aprovada por maioria com 37 votos a favor dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD, do BE e da PAN e com 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.3.10 - O Voto de Saudação Abril - mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância foi aprovada por unanimidade;

6.3.11 - A Recomendação Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia foi aprovada por unanimidade;

6.3.12 - A Recomendação sobre o Dia Internacional da Biodiversidade foi aprovada por unanimidade;

6.3.13- O voto de Saudação Almada Mais Limpa foi aprovado por maioria com 19 votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias eleitos pelo PS ou seus representantes, do PSD e do CDS-PP, 1 voto contra da eleita do PAN e 18 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes, e do BE.

6.3.14- A Moção Companhia de Teatro de Almada foi votada ponto por ponto, sendo o ponto 1 sido aprovado por unanimidade; o ponto 2 sido aprovado por maioria com 18 votos a favor dos eleitos do PS do BE e do PAN, 5 votos contra dos eleitos do PSD e 15 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de União de Freguesias eleitos pela CDU ou seus representantes e do CDS-PP; e o ponto 3 foi aprovado por unanimidade.



6.3.14.1- O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma declaração de voto por escrito para constar da ata.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia

7.1- O Senhor Presidente informou a Assembleia que deram entrada na Mesa, nos termos do artigo 92º do Regimento, as seguintes proposituras de candidatura para cargos exteriores à Assembleia Municipal, acompanhadas das respetivas aceitações de candidatura:

7.1.1- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca Sobreda Pedro Matias (PS) e como candidata suplente a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU);

7.1.2- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS) e como candidato suplente o Senhor Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU);

7.1.3- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó João Carlos Antunes (PSD) e como candidato suplente o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó Gabriel Rosa (PS);

7.1.4- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Vogal da Junta de Freguesia da Costa da Caparica Sérgio Sousa (PS) e como candidato suplente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas Ricardo Louçã (CDU);

7.1.5- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – uma lista, designada com letra A, apresentando como candidato efetivo o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) e como candidato suplente o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.1.6- Eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal – uma lista, designada com letra A apresentando como candidato efetivo o Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) e como candidata suplente a Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN);



7.1.2- Entrou-se no ponto 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 da agenda, para a submissão a sufrágio das listas apresentadas.

7.1.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS).

7.1.4- Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra, procedeu-se à distribuição dos boletins de votos, em cores diferentes, e realizou-se a chamada, tendo os/as Senhores/as Deputados/as Municipais exercido o seu direito de voto.

7.1.5- Findas as votações, o Senhor 1º Secretário e a 2ª Senhora Secretária da Mesa procederam ao escrutínio.

7.1.6- O Senhor Presidente anunciou o resultado das votações, em que se registaram os seguintes resultados:

7.1.6.1- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.6.2- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.6.3- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal - 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.6.4- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil – 38 votantes, sendo 38 votos na lista A;

7.1.6.5- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – 38 votantes, 35 votos na lista A, 1 voto Branco e 2 votos Nulos;

7.1.6.6- Para a eleição do Representante Efetivo e Suplente da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal - 38 votantes, 36 votos na lista A e 2 votos Nulos;

7.1.7- Nestes termos, o Senhor Presidente proclamou eleitos como:

7.1.7.1- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias da Charneca Sobrada Pedro Matias (PS) e suplente a Senhora Deputada Municipal Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU);

7.1.7.2- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação o Senhor Deputado Municipal Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS) e



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

suplente o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU);

7.1.7.3- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó João Carlos Antunes (PSD) e suplente o autarca da Freguesia do Laranjeiro Feijó Gabriel Rosa (PS);

7.1.7.4- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil o Vogal da Junta de Freguesia da Costa da Caparica Sérgio Sousa (PS) e suplente o Senhor Deputado Municipal Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas Ricardo Louçã (CDU);

7.1.7.5- Representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, efetivo o Senhor Deputado Municipal João Geraudes (CDU) e suplente o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.1.7.6- Representante efetivo da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal, efetivo o Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) e como candidata suplente a Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN);

8 – Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de abril, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Inês Medeiros, e dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal António Matos e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 2ª SECRETÁRIA

António Sérgio Silva



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 103/XII-1º/2017-18

(Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Antunes Costa)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou o seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR

Faleceu, aos 78 anos, no passado dia 25 de março de 2018, Fernando Antunes Costa.

Fernando Costa nasceu oficialmente em Lisboa, a 22 de junho de 1939, mas o seu coração esteve desde a primeira hora, no Pinheirinho, aldeia do Concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Licenciado em Sociologia pelo ISCTE, teve uma vida profissional bastante diversificada, onde se destaca ter exercido o cargo de Técnico Superior Principal da Administração do Porto de Sines.

Conheceu o Dr. Fernando Valle, um extraordinário clínico que teve influência na sua formação e no seu percurso político e a convite de quem, em 1972, integrou a ASP - Associação Socialista Portuguesa.

Republicano, socialista, companheiro, humilde e assertivo, foi um dos fundadores do Partido Socialista, a 19 de abril de 1973, em Bad Münstereifel.

Sempre ativo e empenhado na instalação da Liberdade – sua principal motivação desde jovem – viveu os últimos anos da sua vida no Lar da Casa Pia em Lisboa, e, segundo os seus amigos, quando o iam buscar para um convívio na Trafaria, ainda em cima da Ponte 25 de Abril, enchia os pulmões de ar e dizia em voz alta: "chegámos à grande Margem Sul".

Foi Chanceler do GOL (Grande Oriente Lusitano) e integrou o Secretariado da Federação de Setúbal do Partido Socialista por 2 mandatos.

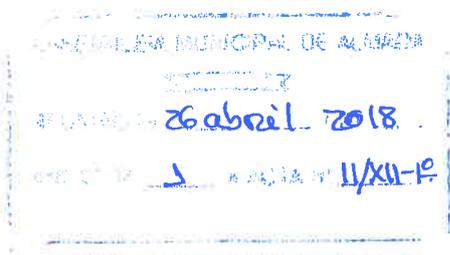
Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada presta justa homenagem e respeito pela memória deste resistente antifascista, e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e familiares.

Por ser verdade se publica o presente edital que val por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 104/XII-1º/2017-18

(Voto de Pesar pelo falecimento de Raúl Fróis)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou o seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR

Raul Fróis Rodrigues nasceu em Almada, em 23 de Maio de 1922, e faleceu também em Almada, aos 95 anos de idade, no passado dia 13 de Abril de 2018.

Nascido numa família de associativistas, Raul Fróis dedicou ele próprio uma parcela muito importante da sua vida à atividade associativa em diferentes coletividades do nosso Concelho, quer primeiro como ator, juntamente com a sua companheira de sempre, Maria Emília Rijo Antunes Rodrigues também ela atriz e cantora, quer depois como dirigente associativo.

Raul Fróis integrou a Banda Filarmónica e o Grupo Cénico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. Mas foi sobretudo como ator que se destacou no quadro da atividade cultural do Concelho de Almada, tendo participado em dezenas de peças de teatro desde a década de 1940 até ao início do século XXI, levadas à cena em diferentes palcos da Cidade de Almada – Incrível Almadense, Academia Almadense e outras associações.

Foi igualmente dirigente associativo na Incrível Almadense, na Academia Almadense – coletividade onde, entre outras responsabilidades, assumiu a gestão do ballet –, e na União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada (URPICA), coletividade onde foi Presidente da Assembleia-Geral.

Profissionalmente, Raul Fróis foi trabalhador na Marinha Portuguesa e livreiro, conjugando sempre toda a sua atividade com uma extrema dedicação à sua família.

Membro do Partido Comunista Português, Raul Fróis participou com regularidade na vida do seu partido no Concelho de Almada até muito perto do momento em que nos deixou fisicamente para sempre.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26, 27 e 30 de Abril de 2018, delibera:

Expressar os mais sentidos votos de pesar pelo falecimento de Raul Fróis Rodrigues, insigne associativista e cidadão de Almada, transmitindo a sua solidariedade neste momento de profundo



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 104

sentimento de perda e de luto a toda a sua família, aos seus amigos, ao Movimento Associativo Almadense, e ao Partido Comunista Português.

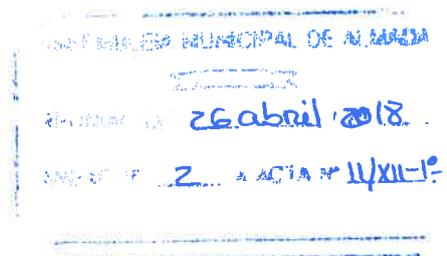
Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal



(José Joaquim Leitão)





Bloco de Esquerda
GRUPO MUNICIPAL

MOÇÃO

1k

Documento N.º 1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

ENTRADA

23.04.18	925
----------	-----

Arq. 925/XII-1.º/2018

Pela garantia do Direito à Habitação nas operações de venda de património habitacional do grupo Fidelidade e em todas as grandes operações de mercado imobiliário

O Direito à Habitação, tal como consagrado enquanto direito fundamental na Constituição da República Portuguesa (artigo 65.º, n.º 1) prescreve que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Para a garantir o Direito à Habitação, “O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.” (artigo 65.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).

Assim, o regime jurídico do arrendamento urbano terá de ser equilibrado e preservar o equilíbrio contratual das relações jurídicas naturalmente desequilibradas entre senhorios e inquilinos. Como ensinam GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA, o Direito à Habitação “(...) inclui o direito à segurança na habitação, com salvaguarda de garantias legais adquiridas, sendo, por exemplo, inconstitucional a submissão das regras de arrendamento, das rendas e dos despejos inteiramente à liberdade contratual e à pura lógica do mercado de habitação.” (in Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I, 4ª edição revista, Coimbra Editora, 2007, pág. 836).

Apesar da grande margem de discricionariedade conferida ao legislador na regulamentação do regime jurídico do arrendamento urbano para a habitação, até 2006, com a publicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, pela Lei n.º 26/2006, de 27 de Fevereiro, iniciou-se um caminho de liberalização do mercado de

arrendamento que atingiu o seu auge com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, conhecida como a “Lei Cristas”.

A Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto visou responder às exigências liberalizantes impostas no Memorando de Entendimento da República Portuguesa com o FMI, a CE e o BCE, agravando ainda mais a crise social que se vivia já no País, facilitando os despejos, agora simplificados e com menor controlo jurisdicional, através do “Balcão do Arrendamento”

A par desta realidade, promoveu-se a liberalização da actividade do Alojamento Local, cuja ausência de limites e regulamentação, assim como a procura de prédios destinados a habitação para esta actividade ditou a corrida aos despejos e às resoluções de contratos de arrendamento para habitação para responder à crescente procura por este sector de actividade.

Sem embargo da necessidade de proceder a uma profunda alteração, ou mesmo à revogação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, de forma a repor o equilíbrio das relações contratuais no âmbito do arrendamento urbano, há hoje uma realidade candente que urge resolver.

Sempre se poderia apelar ao exercício do direito de preferência pelos inquilinos, tal como previsto no artigo 1091.º do Código Civil. Sucede que este regime encontra dificuldades de aplicação, em particular quando ligado a grandes transacções, seja por poder tratar-se de prédios que não se encontrem em regime de propriedade horizontal, sendo alienados no seu todo e sem hipótese do exercício do direito de preferência, seja pelo facto de a venda poder abranger diversas fracções autónomas e de ter tal direito de ser exercido no seu conjunto.

Em tais situações, ficam os inquilinos privados da possibilidade do exercício do direito de preferência, havendo que adequar o quadro legislativo à possibilidade real do exercício de tal direito, acrescentando-se ainda prazos mais dilatados para o efeito.

Sem embargo de tais alterações legislativas, gozando o Município de Almada também do direito de preferência, nos termos de diversas normas jurídicas, deve o Município de Almada equacionar o seu exercício, com vista à intervenção no mercado imobiliário e à salvaguarda do Direito à Habitação.

Bem se sabe que tal medida implica o endividamento do Município, sendo portanto o momento de exigir alterações ao regime do endividamento municipal, exceptuando dos limites deste os investimentos em habitação e possibilitando a prestação de

garantias reais pelo Município com base no património imobiliário adquirido, baixando assim os custos de financiamento.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, no Laranjeiro, no dia 26 de Abril de 2018, delibera:

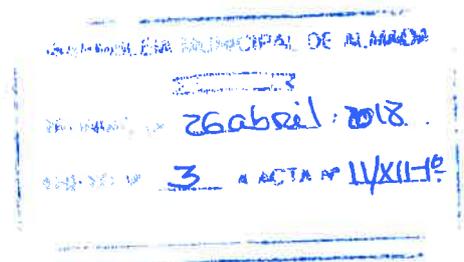
1 – Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República:

- Para que legislem no sentido de possibilitar que os inquilinos, em primeiro lugar, e o município, em segundo lugar, sejam titulares do Direito de Preferência na alienação do locado, independentemente de o negócio jurídico ser mais vasto que o locado, proporcionando-lhes ainda um prazo mais alargado para o exercício desse direito;
- Para que legislem no sentido de modificar o regime jurídico do endividamento municipal, no sentido de excepcionar dos limites do endividamento todo e qualquer investimento na aquisição ou em obras em imóveis destinados à habitação e de possibilitar que imóveis destinados à habitação que venham a ser adquiridos ou objecto de obras pelos municípios, constituam garantia real dos empréstimos contraídos para tal fim, assegurando assim melhores condições de financiamento para os Municípios.

2 – Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Almada que avalie sempre a possibilidade de exercício do direito de preferência pelo Município de Almada relativamente a imóveis destinados a habitação onde existam contratos de arrendamento que, pela sua dimensão e número de inquilinos, possam agravar a já delicada situação de acesso ao Direito à Habitação.

Almada, 26 de Abril de 2018

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 105/XII-1º/2017-18

(Dia Internacional do Teatro e defesa do Festival de Teatro de Almada)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Comemorou-se no passado dia 27 de Março o Dia Mundial do Teatro, efeméride essa que lembra e homenageia a arte de representar e todos aqueles que dedicaram e dedicam a sua vida ao espetáculo dignificando essa arte que teve o seu apogeu na Grécia Antiga, apesar de se identificarem muitos séculos antes representações por parte do Homem.

A homenagem ao Dia Mundial do Teatro estende-se a atores, dramaturgos, encenadores, pessoal técnico, diretores e mecenas que investem e ajudam a promover o Teatro e as diversas formas de representação desde as maiores e mais conhecidas companhias até às mais pequenas e desconhecidas companhias de bairro.

Neste reconhecimento seria injusto não reconhecermos o papel que o Teatro e a representação nas mais diversas formas de manifestação desde o palco até às performances de rua, tiveram e continuam a ter para a cidade de Almada.

Também em Almada saudamos todas as companhias de Teatro que com dedicação e empenho dão a oportunidade aos almadenses de ter o Teatro como uma manifestação de Cultura com qualidade e acessível.

É precisamente na defesa da Cultura em especial neste caso, do Teatro em Almada, que se manifesta uma profunda preocupação com os cortes que o Governo pretende aplicar ao Teatro de Almada.

Apesar do reconhecimento na tentativa de tutela em abranger e dar oportunidade a que mais companhias tenham acesso a mais financiamento que permita realizar mais espetáculos e chegar a mais público, é manifestamente lesivo para a Cultura e para o Teatro, que a Direção Geral das Artes (DGA), prossiga com a intenção de aplicar um corte considerável ao Teatro de Almada, corte esse, que trará dificuldades financeiras à Companhia de Teatro de Almada, colocando mesmo em risco a realização com a qualidade que todos reconhecem, do seu Festival que todos os anos se realiza no concelho e que tem atraído cada vez mais público.

O trabalho desenvolvido ao longo de anos pela Companhia de Teatro de Almada, nomeadamente o festival anual, merece que seja revista a posição da DGA sob pena de defraudar artistas e público e



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 105

todo um património cultural que a mesma companhia na pessoa do seu Diretor Rodrigo Francisco e do legado de Joaquim Benite nos habituou.

Perante estes factos, é imperativo que os 100 mil euros anuais consubstanciados em 25% do seu orçamento, sejam rapidamente revertidos para que o Teatro de Almada não veja colocado em causa o seu trabalho e a qualidade do espetáculo que oferece aos seus visitantes.

O Festival de Teatro de Almada é já um ícone da cidade e do concelho, e mesmo ao nível nacional e internacional, razão pela qual, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril de 2018 na localidade do Laranjeiro, vem desta forma:

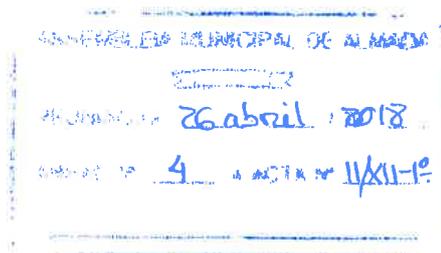
- 1 - Saudar o Dia Mundial do Teatro bem como artistas, encenadores, diretores dos teatros e restantes profissionais da arte de representar
- 2 - Defender a reposição do financiamento na íntegra ao Teatro de Almada por parte da Direção Geral das Artes, com o objetivo de minimizar os impactos negativos dos cortes previstos pelo Governo para a respetiva companhia, nomeadamente na realização anual do Festival de Teatro de Almada, manifestando toda a solidariedade com a mesma e com o seu Diretor, Rodrigo Francisco

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 106/XII-1º/2017-18

(Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, nos Estados Unidos, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada de laboração para as oito horas de trabalho.

Este dia tem um particular significado para o movimento sindical, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária: é um dia de afirmação dos valores do sindicalismo, da justiça social e da necessidade do progresso económico e social.

Comemorar o dia do trabalhador é também lembrar o direito ao trabalho, constitucionalmente previsto. Ao longo dos últimos dois anos o XXI Governo Constitucional tem obtido resultados evidentes neste campo. Para além da justa reposição de rendimentos e da valorização dos trabalhadores, que tem tido uma ação direta na melhoria das condições de vida dos portugueses, o foco no emprego desde o início colocado por este governo permitiu ao nosso país atingir os melhores resultados dos últimos anos.

Portugal tem hoje uma taxa de desemprego de 7,8%, a mais baixa dos últimos 14 anos, tendência igualmente sentida no desemprego jovem. Há menos desempregados mas não só. O emprego cresce ainda a um ritmo superior à desta descida: desde a tomada de posse do Governo do Partido Socialista já foram criados quase 300 mil novos empregos no nosso país. No quarto trimestre de 2017 a taxa de emprego cresceu o dobro da média da zona euro.

A referida diminuição da taxa de desemprego, o ainda maior aumento do emprego, a sustentada subida do salário mínimo nacional, o aumento do rendimento disponível e o crescimento económico (o maior deste século), garantem um efetivo incremento às políticas sociais e tornam as opções políticas claramente assumidas os elementos estruturantes para o desenvolvimento social e económico do nosso país.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade devem ser propósitos permanentes. Mas os direitos conquistados no trabalho e no



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 106

emprego não são universais e a OIT (organização internacional do trabalho) continua a denunciar atropelos à escala mundial.

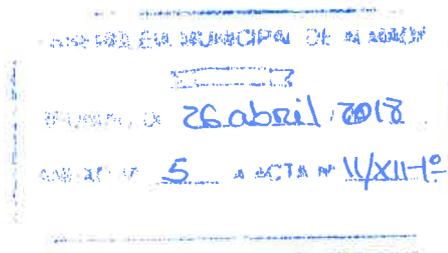
Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de abril, delibera saudar todos os trabalhadores, bem como o movimento sindical.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL
Nº 107/XII-1º/2017-18
(Cristo Rei 2018)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Congratulação:

MOÇÃO/CONGRATULAÇÃO

O Cristo Rei um ícone "monumento da Paz" no distrito de Setúbal, concelho de Almada, deu o seu primeiro abraço de 28 metros (distância entre as mãos) a Lisboa a 17 de maio de 1959, dia de Pentecostes. Neste mesmo dia assinalam-se 59 anos da sua inauguração, força motriz para o desenvolvimento turístico e religioso.

A poucos dias do seu aniversário, o seu olhar de 110 metros transmite uma grande mensagem de Paz sobre Lisboa, toda a Península de Setúbal, a Portugal onde o homem é provocado a descobrir, sentir e viver através do Amor, onde se deseja que conquiste a humanidade.

O Cristo Rei ex-libris da cidade de Almada merece o reconhecimento do Município, pelo que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

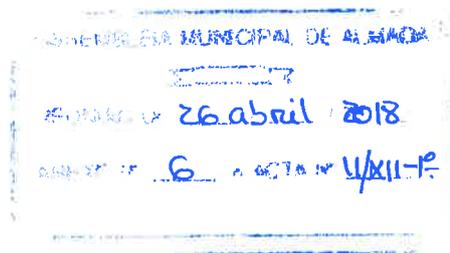
1. Que o Município de Almada homenageie e felicite a Diocese de Setúbal pelo 59.º aniversário do Cristo Rei;
2. Que reconheça o Cristo Rei como sendo um "triângulo de ouro" para os peregrinos na Península Ibérica, com Fátima e Santiago de Compostela;
3. Que promova o espaço enquanto local para a construção de um mundo melhor, seja católico, ateu, ou de outro credo, comprometa-se com esta causa universal, a Paz.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)





MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11

EDITAL

Nº 108/XII-1º/2017-18

(Pela requalificação da avenida do Mar)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Considerando que os territórios da Charneca de Caparica e Sobreda são territórios que os sucessivos executivos municipais votaram ao abandono nas últimas décadas e considerando todo o potencial turístico que aquela zona do concelho tem, é urgente a requalificação e reconversão da Avenida do Mar como via estruturante de aproveitamento turístico do nosso concelho.

Considerando que a Aroeira, ainda hoje, tem poucas vias pedonais, poucas ou nenhuma zonas cicláveis e uma das mais deterioradas redes viárias do nosso concelho, os eleitos na Assembleia Municipal não podem deixar de acreditar que com o novo executivo municipal, resultante de uma mudança expressa nas últimas eleições autárquicas, o panorama de inação e abandono terminaram, passando a existir agora a vontade que outrora inexistia.

Deste modo, entende a Assembleia Municipal que é dever do executivo municipal proceder à total requalificação na Avenida do Mar e à requalificação das Avenidas da Aroeira que em muitos casos não tiveram direito a mais do que uma rega asfáltica ao longo de 40 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária a 26 de abril de 2018, delibera o seguinte:

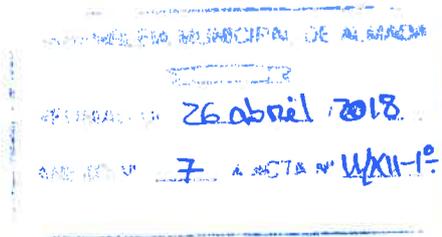
- 1) Saudar o Executivo Municipal pelas iniciativas em curso para a requalificação das Avenidas da Aroeira;
- 2) Recomendar ao Executivo Municipal que proceda à requalificação da Avenida do Mar na Aroeira;
- 3) Recomendar ainda que os projetos de reconversão sejam norteados por princípios de sustentabilidade ambiental e que as vias a reverter tenham zonas pedonais e cicláveis.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





Grupo na Assembleia Municipal de Almada

Documento N.º 7 *72*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

ENTRADA

23.04.18	931
----------	-----

Arq. 931 / XII-1.º / 2018

RECOMENDAÇÃO

PELA ADESÃO À TARIFA SOCIAL DA ÁGUA

O Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, “(...) estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas (tarifa social), a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento (...) dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.”, mediante proposta da câmara municipal e posterior deliberação da assembleia municipal.

“(...) são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares que se encontrem numa situação de carência económica que toma por referência as pessoas beneficiárias de, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a €5 808, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10.”.

Durante o ano 2017, 1 534 famílias, clientes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Almada, beneficiaram do tarifário social, tendo ficado isentos da cobrança da tarifa fixa, bem como dos consumos do 1.º escalão, até aos 5m³.

A adesão à tarifa social da água, nos termos do Decreto-Lei mencionado, permitirá que milhares de famílias passem a beneficiar de um tarifário mais justo e solidário, de forma automática, à semelhança do que já acontece nos contratos da luz e do gás.

Atendendo às características socioeconómicas do nosso município, acreditamos que uma medida deste tipo poderá ser relevante no aumento do rendimento disponível das famílias em situação de carência económica.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária aos 26 dias do mês de abril de 2018, apresenta uma recomendação ao município, para que este apresente uma proposta, com vista à implementação da tarifa social da água, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro.

Almada, 26 de abril de 2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

26.04.2018

ACTA Nº 11/XII-1.º

Os Eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Almada



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 109/XII-1º/2017-18

(Pelo anúncio da realização do Mundialito de Futebol de Praia A)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

As Grandes Opções do Plano para 2018, propostas e aprovadas por iniciativa do atual executivo camarário, referem que é seu objetivo "Promover e apoiar a organização e acolhimento de projetos e eventos desportivos relevantes para o desenvolvimento e promoção desportiva, turística e económica do concelho, por via da utilização dos recursos físicos e institucionais do Município, e o acesso aos espaços naturais do território".

Foi recentemente anunciado que um dos eventos desportivos mais emblemáticos do Verão, o Mundialito de Futebol de Praia, terá a sua 22ª edição realizada no concelho de Almada, mais concretamente na Costa de Caparica.

Esta edição de 2018, cuja organização está a cargo da Beach Soccer Worldwide em parceria com a Câmara Municipal de Almada, decorrerá entre os dias 15 e 17 de junho e contará com quatro equipas de renome mundial: o anfitrião, Portugal, a Espanha, o México e o Japão.

O Mundialito é o mais antigo evento de Futebol de Praia de âmbito mundial, realizando-se desde 1994 e tendo Portugal como a segunda equipa com mais títulos conquistados, num total de 5, atrás do Brasil que lidera esta lista com 14 troféus.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

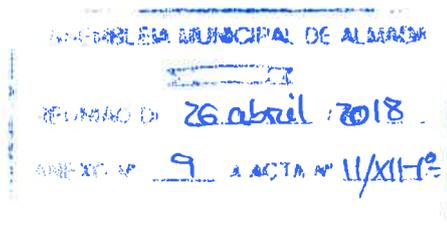
1. Saudar o executivo da Câmara Municipal de Almada pela realização deste evento desportivo que promove o turismo, o desporto e a economia local.
2. Manifestar e enaltecer a defesa dos propósitos das Grandes Opções do Plano como ferramenta para um efetivo aproveitamento do potencial do nosso concelho, em prol de todos os que nele habitam.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 110/XII-1º/2017-18

**(Condenação da violência do estado de Israel contra a população
palestinaiana)**

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou o seguinte Voto de Condenação:

VOTO DE CONDENACÃO

O dia 30 de março é assinalado pelo povo palestino como o Dia da Terra, recordando a morte de seis palestinos desarmados mortos, em 1976, às mãos das forças israelitas.

Desde este dia do presente ano, todas as sextas-feiras, milhares de palestinos têm-se juntado em diferentes pontos ao longo da fronteira de Gaza com Israel, na chamada Grande Marcha do Retorno, destinada a reivindicar, entre outros, o direito de retorno dos refugiados palestinos.

Neste contexto, tem-se verificado, semana após semana, uma escalada de violência das forças israelitas chamadas a reforçar as fronteiras, tendo o exército de Israel respondido, reiteradamente, com grande violência e desproporção. São comprovados os relatos de utilização de munições reais contra manifestantes desarmados o que fez, até ao momento, 36 vítimas mortais e milhares de feridos, todos palestinos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, delibera:

- Condenar a violência desproporcional do exército de Israel contra a Marcha do Retorno, que gerou a perda injustificada de vidas humanas;
- Apelar ao respeito por parte de Israel das suas responsabilidades decorrentes do Direito Internacional humanitário e à realização de um apuramento independente e transparente dos acontecimentos;
- Exortar o Governo português a proceder ao reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras de 1967, tendo Jerusalém Leste como capital.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
REUNIÃO EM 26 abril 2018
Sessão nº 10 A ACTA Nº 14/XII-1º



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 111/XII-1º/2017-18

(1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

A história do movimento operário internacional está recheada de acontecimentos e datas extremamente importantes. O 1º de Maio assume, indiscutivelmente, particular relevo e o mais profundo significado histórico.

A este dia estão intimamente ligadas muitas das maiores e mais exaltantes jornadas e movimentações de luta da classe operária, que, com sofrimento, coragem e determinação, demonstrou claramente o quanto é capaz a vontade coletiva dos trabalhadores para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, vencer injustiças e desigualdades sociais, mudar mentalidades, transformar as sociedades e pôr fim à exploração do homem pelo homem.

132 anos depois da violenta repressão que se abateu sobre os trabalhadores de Chicago em luta pela conquista das 8 horas de trabalho e que levou à declaração do 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, subsistem muitos e variados problemas que impedem a justa dignificação do trabalho, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias.

É verdade que, em resultado da luta dos trabalhadores e da ação dos seus sindicatos, se alcançaram importantes conquistas laborais e sociais que produziram alterações muito significativas nas relações laborais e que constituem, hoje, um património civilizacional e uma das referências mais caracterizadoras das sociedades democráticas.

O 1º de Maio de 1974 veio dar início a uma série de conquistas que corresponderam a prementes reivindicações e anseios das classes trabalhadoras e das massas populares. A determinação e a energia criadora das massas populares em movimento impulsionaram a evolução do processo de democratização da vida e da sociedade portuguesa. Conquistam-se liberdades e direitos fundamentais.

Saudamos os 44 anos do primeiro 1º de Maio em liberdade, mas infelizmente, os trabalhadores estão confrontados com uma completa desregulamentação das relações de trabalho que nos obriga a lutar, com redobrada força, contra a crescente precariedade e o aumento dos horários de trabalho, pelos direitos sociais, pela contratação coletiva e os direitos sindicais.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 111

Em geral, o patronato mostra-se incapaz de adotar métodos de gestão modernos, querendo manter um modelo económico assente em baixos salários, trabalho pouco qualificado e precário, desrespeitando leis e bloqueando a contratação coletiva.

Aos trabalhadores, com o contínuo agravamento da precariedade no trabalho, tanto no sector privado como no público, são criadas novas formas de instabilidade e insegurança, reduções salariais significativas e perda de direitos individuais e coletivos, especialmente junto dos mais jovens. É tempo, de uma vez por todas, de se entender que isto configura um crime social, porque não havendo emprego estável não há projeto de vida.

Muitos trabalhadores não veem os seus salários aumentados como seria justo, em resultado do bloqueio do patronato à negociação da contratação coletiva.

O mesmo patronato que continua a tentar forçar a caducidade das convenções para eliminar importantes direitos alcançados pela luta reivindicativa de gerações de trabalhadores.

Em resultado de tudo isto, agravam-se as condições de vida da maioria dos trabalhadores, para quem a perda do poder de compra dos salários é uma situação inaceitável. Entretanto, o custo de vida não para de aumentar, criando novas dificuldades à maioria da população.

Assim, Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão ordinária de 26, 27 e 30 de Abril de 2018, delibera:

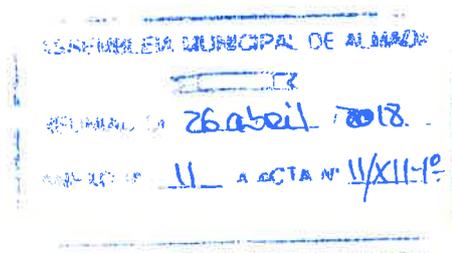
Saudar todos os trabalhadores, que no próximo dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador afirmarão uma vez mais a dignidade da sua condição de trabalhadores; honrarão aqueles que no passado organizaram os trabalhadores e construíram, com a sua luta, o património de direitos laborais, sindicais e políticos que nos legaram, e reafirmarão o mais firme propósito de defender os direitos conquistados e de lutar por uma sociedade mais justa, coesa e solidária.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

14

EDITAL

Nº 112/XII-1º/2017-18

(Abril – mês assinalado para Prevenção dos Maus-Tratos na Infância)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Abril é, internacionalmente, o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Um problema que une várias instituições na campanha de alerta para a prevenção dos maus-tratos a que muitas crianças e jovens ainda são sujeitos.

Sob o lema "Cuidar e proteger ajuda-nos a crescer", esta campanha visa alargar a intervenção neste problema a outras áreas da sociedade, e sublinha a importância do reconhecimento de que os maus-tratos são uma realidade e que sobre a mesma é necessário agir.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1989 e ratificada por Portugal em 1990, estabelece que as crianças são detentoras de direitos e não objeto de caridade. Destaca o papel fundamental da família no crescimento e bem-estar da criança, reconhecendo a importância crucial de um ambiente familiar marcado por amor, harmonia e compreensão para o pleno desenvolvimento da criança.

As crianças e os jovens passam a ser reconhecidos como sujeitos ativos e participativos, com discernimento e necessidades próprias, vindo nesta Convenção o respeito e o reconhecimento Institucional das suas particularidades.

A Convenção sobre os Direitos da Criança tem como um dos seus quatro princípios fundamentais o do Superior Interesse da Criança, e no nº1 do artigo 19.º estabelece que "Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada."

Uma das metas da Organização das Nações Unidas referida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 é "acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças" (Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes).



EDITAL
Nº 112

A Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 2 de março de 2016 estabelece o direito a uma vida livre de violência para todas as crianças como uma das cinco áreas prioritárias do Conselho da Europa.

A família deverá ser uma estrutura de cuidado, afeto e segurança e possibilitar o desenvolvimento saudável e pleno das competências e características da criança.

Segundo a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, os maus-tratos correspondem a ações ou omissões não acidentais praticadas pelos pais ou outros prestadores de cuidados, que atentam contra a satisfação adequada dos direitos e necessidades da criança e comprometem a sua segurança, dignidade, bem-estar e desenvolvimento pleno.

Os maus-tratos a crianças em contexto familiar, devido às dinâmicas familiares instaladas (situações de violência interparental/conjugal ou falta de laços de afetividade entre os pais/prestadores de cuidados e as crianças) e aos vários obstáculos que impedem a revelação da experiência da vitimação, tendem a ocorrer de forma continuada, intensificando-se a sua frequência e gravidade, com riscos óbvios para a integridade física e mental das crianças. As vítimas são particularmente e duplamente vulneráveis na medida em que existe continuidade nos maus-tratos praticados em contexto privado por pessoas que, à partida, deveriam ser sinónimo de amor, proteção e cuidado.

Devido a este forte risco de vitimização associado ao contexto familiar privado, à continuidade dos maus-tratos e à sua intensificação, a prevenção assume um carácter crucial para a proteção das crianças, sendo fundamental a atuação dos profissionais que contactam diretamente com as crianças na sinalização de situações de maus-tratos e na atuação para a remoção do perigo em que se encontram.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada, em 2017, teve um total de 1047 processos. Deste volume processual global, 404 transitaram de anos anteriores, 12 foram recebidos através de outras CPCJ, 128 processos reabertos e 503 corresponderam a novos processos. De referir também que, no que diz respeito à tipologia de problemáticas sinalizadas, tanto em 2016 como em 2017, as três problemáticas mais frequentes foram respetivamente: a exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, os comportamentos assumidos por crianças e jovens que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, e a negligência.

Tenhamos sempre em consideração que os dados oficiais disponíveis relativos a crianças e jovens vítimas de maus-tratos correspondem a uma ínfima parte da realidade, e que toda a sociedade deve estar atenta aos sinais e manifestações de maus-tratos, existindo o dever cívico e moral de alertar as



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 112

entidades competentes de forma a combater o sofrimento destas.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera saudar:

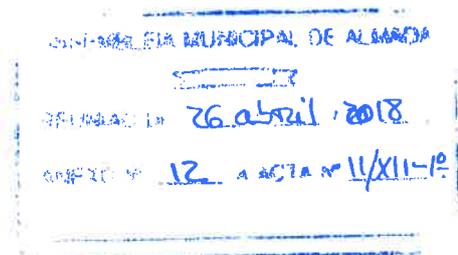
1. A iniciativa “Abril - Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”;
2. O Município de Almada por ter aderido, em Junho de 2017, ao programa “Cidades Amigas das Crianças”, lançado pela UNICEF em 1996, cujos fundamentos assentam nos quatro princípios base da Convenção: de Não discriminação, de Ouvir as crianças e respeitar as suas opiniões, do Interesse Superior da Criança e da Sobrevivência e Desenvolvimento;
3. Todas as entidades e movimentos que, ao longo do tempo, têm lutado pelos direitos das crianças e jovens e que, em particular ao longo deste mês, têm promovido diferentes ações de sensibilização em prol dos direitos das crianças, designadamente o direito à infância e ao seu desenvolvimento num ambiente sadio e livre de qualquer violência física ou emocional;
4. Todas as crianças e jovens, como forma de reconhecimento pelo seu direito à infância, desejando que o seu superior interesse seja sempre prevalecente.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





EDITAL

Nº 113/XII-1º/2017-18

(Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Recomendação:

MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Considerando que:

1. No passado dia 03 de abril, foi publicado o Despacho nº. 3283/2018 na Série II do Diário da República n.º 65/2018, de 2018-04-03, que aprova um apoio financeiro global de 500 000 euros para a realização de campanhas de esterilização de animais de companhia, no âmbito da Lei nº. 27/2016 de 23 de agosto (que estabelece a proibição do *abate* de animais como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização), com efeito pleno em outubro próximo;
2. Cada município dispõe de um limite de financiamento até 15 000 euros;
3. Com este Despacho vai ser possível aumentar o número de esterilizações, reduzir o abandono e o número de animais que entram nos canis, apoiar os munícipes carenciados nas esterilizações dos seus animais e integrar os animais errantes e das associações nas esterilizações previstas;
4. As câmaras municipais têm a possibilidade de escolher o tipo de animais que querem esterilizar, cães ou gatos, o respetivo sexo e a origem dos mesmos (animais errantes, animais alojados no CRO, animais de munícipes carenciados e animais a cargo de associações de proteção animal);
5. O número e a proveniência dos animais que irão ser abrangidos por este programa deverão constar numa lista para que o processo seja transparente e eficaz;
6. Existem várias associações de proteção animal no concelho de Almada cujo trabalho de recolha de animais abandonados e errantes, e a sua posterior esterilização, constitui um apoio fundamental no controlo de animais do concelho;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A candidatura da Câmara Municipal de Almada ao referido apoio financeiro;
2. A elaboração de uma lista de animais a serem esterilizados que inclua o número de animais, o sexo e a proveniência dos mesmos;
3. Que sejam incluídos nessa lista: animais a cargo das associações do concelho (bem como de grupos informais), animais errantes e animais de munícipes carenciados;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 113

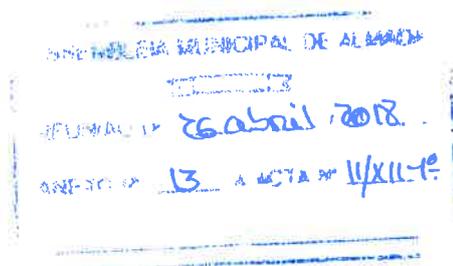
4. A criação de uma base de dados, em colaboração com as associações e Juntas de Freguesia do concelho de Almada, e associada ao Serviço Veterinário Municipal, que permita quantificar e localizar os animais por esterilizar, detidos por munícipes carenciados, comunitários e errantes.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 114/XII-1º/2017-18

(Dia Internacional da Biodiversidade)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Recomendação:

MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Considerando que:

1. O Dia Internacional da Biodiversidade é comemorado a 22 de maio, visando alertar a população para a necessidade e importância da conservação da diversidade biológica. Em 2018 o tema escolhido é a celebração dos 25 anos de ação para a biodiversidade;
2. A biodiversidade – a variedade de formas de vida na Terra – é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas, tornando o nosso planeta habitável, condição essencial para a existência da Vida tal como a conhecemos;
3. A importância da biodiversidade é hoje indiscutível e ainda assim as pressões exercidas sobre os sistemas naturais continuam a aumentar, fazendo com que funcionem de forma menos equilibrada ou levando-os mesmo ao colapso. Aquilo que designamos por perda de biodiversidade é hoje uma situação demasiado comum;
4. A lista de pressões sobre a biodiversidade é longa e as ameaças sobre a existência de numerosas espécies continua a aumentar. A destruição e a fragmentação de habitats, a poluição do ar, terra e água, a sobre-exploração das zonas pesqueiras, dos recursos, das florestas e das terras, a introdução e proliferação de espécies não nativas e a libertação de quantidades crescentes de gases com efeito de estufa são alguns dos graves problemas que põem em causa a sobrevivência de inúmeras espécies;
5. Na Europa, cerca de um quarto das espécies selvagens estão agora ameaçadas de extinção e muitos ecossistemas encontram-se num estado de degradação incapacitando-os de exercer as suas funções. Esta degradação acarreta enormes prejuízos ambientais, sociais e económicos para as regiões;
6. Em maio de 2011, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia que estabelece o quadro de ação da UE para os próximos anos com o objetivo de atingir as metas centrais para 2020 em matéria de biodiversidade;
7. A Organização das Nações Unidas estabeleceu uma série de metas a atingir nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, diretamente relacionadas com a preservação da biodiversidade, patentes em dois dos objetivos: Objetivo 14 – Proteger a Vida Marinha e Objetivo 15 – Proteger a Vida Terrestre, como por exemplo:



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 114

- a) Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
- b) Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
- c) Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade;
- d) Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

8. O concelho de Almada é rico em biodiversidade dada a sua localização geográfica, beneficiando de uma grande multiplicidade de habitats como os ecossistemas marinhos, os cordões dunares litorais, e os bosques e matagais, sendo assim de extrema importância preservar esta riqueza ambiental;

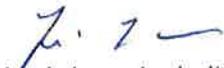
A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 27 e 30 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

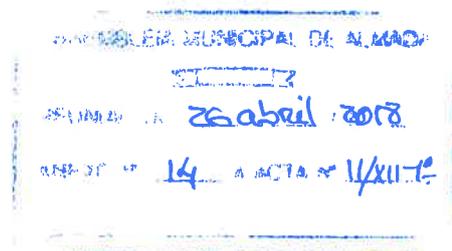
- 1. O cumprimento do Plano de Ação Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, as Metas de Aichi e a Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020;
- 2. A celebração e divulgação do Dia Internacional da Biodiversidade enquanto marco importante da necessidade da conservação da diversidade biológica, através de diversas iniciativas nos parques, escolas e áreas protegidas do concelho.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 115/XII-1º/2017-18

(Almada Mais Limpa)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Saudação:

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Decorridos que estão cerca de seis meses sobre a tomada de posse do novo Executivo Camarário, é possível verificar uma melhoria significativa no que concerne à limpeza do Concelho em várias das suas vertentes, fruto de novos métodos de gestão e do esforço dos trabalhadores na adequação a essa nova realidade.

Com os mesmos meios disponíveis, tem sido possível atuar de forma diferente, prosseguindo como objetivo uma intervenção de proximidade, onde os serviços de higiene e limpeza se realizam diariamente, quer se trate de varredura manual, de varredura mecânica, lavagem de arruamentos, limpeza de passeios, lavagem de contentores ou recolha de resíduos.

Verifica-se também uma melhoria ao nível da intervenção em espaços de lazer, designadamente na frente de praias da Costa da Caparica e no chamado "paredão", com um reforço da periodicidade na recolha das areias resultantes do movimento das marés e da força do vento. Esta situação acontecia em tal dimensão que quase impossibilitava a circulação por parte de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé.

Recuperaram-se equipamentos que estavam inoperacionais e que foram colocados ao serviço, permitindo um reforço na intervenção um relevante incremento de custos. Também os circuitos de recolha de resíduos foram otimizados, adequando-os às dificuldades apresentadas no terreno e aos meios existentes.

Estes seis meses foram pautados por uma procura constante das melhores práticas, em estreita colaboração com os serviços municipais, valorizando e melhorando o serviço público prestado aos munícipes do Concelho, com efeitos claros no conforto de quem vive e trabalha em Almada, mas também fornecendo uma melhor imagem da nossa terra a quem nos visita.

Fazer mais com os mesmos meios é um indicador de boa gestão, permitindo afirmar com toda a segurança que Almada Está Mais Limpa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018, saúda a Câmara Municipal e os trabalhadores da autarquia pelo esforço empreendido e pelos resultados já visíveis, em tão curto



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL
Nº 115

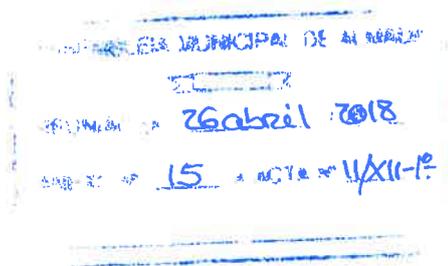
espaço de tempo, tendo em vista a resolução de um problema que ao longo dos últimos anos tem sido insistentemente referenciado pelas populações do nosso concelho: a higiene e limpeza dos espaços públicos.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Joaquim Leitão)





MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 116/XII-1º/2017-18

(Companhia de Teatro de Almada)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2018 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de abril de 2018, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O Governo de Portugal, por ação do Ministério da Cultura, levou a cabo um processo estruturado no sentido de rever o modelo de apoio às artes existentes no nosso país.

Deste novo modelo, amplamente discutido com todas as partes interessadas, resultaram nas últimas semanas os resultados provisórios, sendo que é já certo que existirá um valor total de verbas para 2018/2021 de 81,5 Milhões de Euros, face aos 45,6 Milhões de Euros do concurso relativo a 2013/2016. É, por isso, um reforço de cerca de 80% das verbas públicas disponibilizadas para o apoio à criação artística.

Uma das companhias de teatro concorrente foi a Companhia de Teatro de Almada, que todos os anos leva a cabo o Festival de Teatro de Almada, o maior e mais reconhecido certame do género em Portugal.

Mesmo ocupando os primeiros lugares na categoria de teatro, e sendo por isso uma das que obterá maior financiamento no âmbito do Programa de Apoio Sustentado neste quadriénio, o júri deliberou uma redução anual das verbas atualmente disponibilizadas em cerca de 110 mil euros, tendo-lhe sido atribuída uma verba anual de 289 mil euros.

Nas palavras dos organizadores, esta redução poderá colocar em causa a realização do Festival de Teatro de Almada, uma marca do nosso concelho, o que só pode ser visto com enorme preocupação.

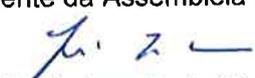
Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2018 delibera:

- Expressar o seu reconhecimento à Companhia de Teatro de Almada pelo trabalho efetuado ao longo de décadas de criação artística e pela dinamização da cultura no nosso concelho;
- Saudar o Governo pelo reforço de 80% das verbas disponibilizadas entre 2018/2021 para o concurso de apoio sustentado às artes no nosso país;
- Manifestar, junto do governo, a sua preocupação relativamente aos resultados do concurso no que diz respeito à Companhia de Teatro de Almada, exigindo um aumento das verbas atribuídas por forma a não colocar em causa a realização do Festival de Teatro de Almada.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 27 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)

